

ACTA N.º 24/2005

Aos vinte e dois dias do mês de Novembro do ano de dois mil e cinco, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, tendo estado presentes:

Presidente da Câmara Municipal: - Sr. Prof. Mário Américo Franco Alves

Vereadores:

- Sr. Dr. Paulo Jorge Gonçalves Rocha
- Sr^a. Dra. Elsa Maria Lopes Correia
- Sr^a Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes
- Sr^a Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho
- Sr. Coronel Albano José Ribeiro de Almeida
- Sr. Dr. José Francisco Tavares Rolo

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Eram dez horas, quando o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

DOC. 1

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 21 de Novembro de 2005, cujo saldo disponível é de **€ 632.499,65 (Seiscentos e trinta e dois mil quatrocentos e noventa e nove euros e sessenta e cinco cêntimos).**

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO TAVARES ROLO

1.1.1 – SALE: DIVULGAÇÃO DO PROGRAMAS INOV-JOVEM E INOV-CONTACTO - PROPOSTA

Relativamente ao assunto em epígrafe o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:

“Apesar das suas vicissitudes e estrangulamentos, creio que o SALE – Serviço de Apoio Local ao Empresário, criado em parceria com a ACIC, ainda existe e tem funções atribuídas pelo Município de Oliveira do Hospital.

Neste sentido, deixo a proposta, que através da acção deste serviço de proximidade ao tecido produtivo do concelho de forma a que o SALE aja de forma continuada, atenta e prospectiva às necessidades e oportunidades dos nossos empresários, proponho que sejam divulgados junto do tecido empresarial do nosso concelho os programas:

- INOV – JOVEM – Jovens Quadros para a Inovação nas PME’S que visa instituir medidas de apoio à inserção de jovens diplomados (com menos de 35 anos) nas pequenas e médias empresas, através de dois mecanismos:

- Contrato Individual de Trabalho;
- Apoio à realização de estágios profissionais.

As candidaturas para os jovens e as empresas estão abertas desde Junho de 2005.

E também do programa INOV – CONTACTO, com candidaturas também abertas desde Junho de 2005 para colocação no estrangeiro de jovens profissionais ou quadros de empresas em áreas chave como:

- Economia;
- Gestão;
- Marketing;
- Engenharia;
- Ciência e Tecnologia.

Em várias fileiras produtivas:

- Fileira Tecnológica;
- Fileira Sectorial – Indústria têxtil, vestuário, calçado e turismo;
- Fileira Técnica.

Em conclusão proponho a ampla divulgação destes programas nacionais, através do SALE, através dos meios tidos por adequados, e sugiro por exemplo:

- NEWSLETTER a produzir pelo Município;
- INFO-MAIL;

- SITE da Câmara Municipal;
- Comunicação social local e regional.”

O Sr. Presidente informou que o Sr. Vice Presidente e Vereador ligado à Inovação e à Tecnologia já está a tratar de estabelecer algumas normas/regras nessa matéria.

1.1.2 – PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA DAS TOXICODEPENDÊNCIAS – CANDIDATURA AO IDT

Relativamente ao assunto em epígrafe o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:

“No decurso do ano de 2004, por diversas vezes trouxe aqui à reunião do Executivo a questão da candidatura do PMPPT – Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências ao IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência.

Na altura, apesar da insistência, foi-me referido, que o IDT não estava a receber candidaturas de Planos por falta de meios financeiros.

Assim, com esta intervenção, pretendo informar o Executivo, e mais especificamente os responsáveis por este pelouro, que segundo dados públicos a que tive acesso, o IDT para 2006 disporá de 62,76 milhões de Euros para “aplicação de uma nova estratégia “ aos níveis da:

- Prevenção, e neste caso a prevenção primária nas escolas;
- Tratamento;
- Redução de danos.

Em conclusão, proponho que de acordo com esta informação de disponibilidade de meios por parte do IDT, o Município de Oliveira do Hospital faça novamente os contactos tidos por convenientes, e faça os eventuais reajustamentos e finalmente candidate o seu PMPPT - Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências.”

Sobre o assunto, o Sr. Presidente deu conta que no passado dia 17 de Novembro do ano em curso teve lugar uma reunião na Unidade de Prevenção do IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência, tendo sido decidido que uma vez que não há qualquer decisão por parte do Governo relativamente a esta matéria, o Município de Oliveira do Hospital vai avançar brevemente com um plano de formação na área da prevenção.

1.1.3 – PROGRAMA CIÊNCIA VIVA - DIVULGAÇÃO

Relativamente ao assunto em epígrafe o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:

“Como é do conhecimento público o Programa Ciência Viva, encerrou inexplicavelmente em 2004.

Tal situação fez perigar ou pelo menos fragilizar vários projectos de educação científica nas escolas do país.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, em boa hora e unanimemente, esteve atenta e na sequência da visita de Sua Excelência o

Senhor Presidente da República Jorge Sampaio ao concelho e à Escola Secundária de Oliveira do Hospital e ao seu projecto “Ciência Viva” sobre a Aquarofilia, decidiu manter o apoio que permitiu fazer sobreviver este projecto de investigação científica.

Neste sentido, segundo informação pública o Programa Ciência Viva regressará às escolas e instituições científicas em 2006.

As candidaturas estão abertas até 16 de Dezembro de 2006, dispondo de um financiamento de 5 milhões de Euros.

Naturalmente proponho que a Câmara Municipal, estimulando, a inovação a cultura científica e a inventividade e qualificação das instituições de ensino do concelho, seus alunos e professores, faça a necessária divulgação do programa nas escolas e particularmente junto da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, considerando que esta possui um projecto Ciência Viva, de expressão internacional.”

Sobre o assunto o Sr. Presidente referiu que não vê qualquer inconveniente em que a Câmara Municipal faça a divulgação do referido programa junto das escolas, mas entende que é estar a duplicar informação uma vez que as escolas recebem toda a informação no sentido de apresentarem candidaturas, esclarecendo que o maior problema prende-se com a falta de disponibilidade dos professores e quando não existe entusiasmo por parte destes para levar um projecto avante não há programa que resista.

1.1.4 – MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – CANDIDATURA PARA A ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

Relativamente ao assunto em epígrafe o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:

“Li na comunicação social, designadamente no site da Rádio Boa Nova, que até 30 de Novembro está aberto o concurso para atribuição de 5 bolsas de estudo a alunos do Ensino Superior, como aliás é habitual.

Questiono:

Recorde-me de quando é a deliberação para abertura do concurso? É uma deliberação do anterior Executivo?”

O Sr. Presidente esclareceu que se tratou de uma deliberação tomada pelo anterior Executivo em reunião de 05.09.27 faltando designar os membros do júri que irão analisar as respectivas candidaturas devido à mudança de mandato entretanto ocorrida.

Atento ao esclarecimento prestado pelo Sr. Presidente, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:

“Nesse caso, devo dizer, que seria cordato e recomendável, que este anúncio público da atribuição das bolsas, fosse comunicado ao actual Executivo.

É o mínimo exigido.

E já agora acrescento, que não é correcto que se abra um concurso ao público, sem definir os membros do júri que irão decidir sobre os candidatos a concurso.

Aliás recorde, protestando, que é a primeira vez que tal acontece, desde que faço parte do Executivo.”

1.1.5 – ENCERRAMENTO DE ESCOLAS NO CONCELHO

Relativamente ao assunto em epígrafe e após ter sido informado pelo Sr. Presidente de que o processo de encerramento das escolas iria ser desencadeado pela DREC – Direcção Regional da Educação junto dos Agrupamentos e com acompanhamento da Câmara Municipal, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente se o mesmo já foi despoletado.

O Sr. Presidente referiu que a DREC solicitou aos Conselhos Executivos das EBI que indagassem junto da Câmara Municipal se esta está disponível para criar as condições que permitam proceder ao encerramento de algumas escolas, nomeadamente ao nível dos transportes e alimentação dos alunos que as frequentam. Mais acrescentou que esta informação deverá ser comunicada pelos Conselhos Executivos à DREC até ao dia 28 do mês em curso.

Referiu ainda que a Câmara Municipal mantinha algumas dúvidas relativamente ao encerramento da escola de Chamusca da Beira, motivadas pela questão dos transportes, e ao da escola de Negrelos por dúvidas relacionadas com a transferência dos alunos para as freguesias de Travanca de Lagos ou de Bobadela. Quanto ao problema dos transportes da escola da Chamusca da Beira julga que o mesmo poderá ser resolvido com uma viatura da Câmara Municipal. Sobre a escola de Negrelos e Vilela o Sr. Presidente referiu que são duas questões a ser equacionadas.

Para concluir, o Sr. Presidente referiu que no próximo ano lectivo poderão encerrar as escolas de Negrelos, Vilela, Fiais da Beira, Andorinha e Chamusca da Beira, não sabendo, no entanto qual vai ser o sentido da decisão da DREC.

Seguidamente o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente se não deveria haver por parte da Câmara Municipal e em conjunto com os Agrupamentos de Escolas uma forma de ir junto das populações explicar as razões que levam estas escolas a ser encerradas.

O Sr. Presidente esclareceu que os responsáveis pelos Agrupamentos já estão a tratar desse assunto, entendendo que a Autarquia não deve intervir nesta fase porque é importante que os pais percebam que o encerramento das referidas escolas advém de questões técnico - pedagógicas e não de questões políticas, uma vez que são essas as razões invocadas pelo Governo.

O Sr. Vereador José Francisco Rolo perguntou ainda se, sendo a Câmara Municipal um parceiro activo, interveniente, até por imperativo legal na área da educação, designadamente ao nível da alimentação e dos transportes, não deveria ter um papel activo na explicação às populações, nomeadamente garantindo o transporte dos alunos.

O Sr. Presidente esclareceu que não há necessidade da Câmara Municipal intervir dessa forma, uma vez que aquando da sua reunião tida com os Senhores Presidentes dos Conselhos Executivos foi-lhes transmitido que

esta fase reporta-se a explicações técnico - pedagógicas e que os mesmos estavam mandatados pela Câmara Municipal no sentido de transmitir aos pais que não irá haver qualquer problema com transportes, e respectivo acompanhamento se tal for necessário, bem como com a alimentação segundo as regras da Acção Social Escolar.

Sobre o assunto a Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes informou que a metodologia de contacto com os encarregados de educação não está a ser igual em todos os Agrupamentos de Escolas pelo que na sua opinião, nesta fase, não será oportuno estabelecer qualquer contacto com as populações.

2 – ASSUNTOS DO SR. PRESIDENTE

2.1 - 6ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2005

2.1.1 – 6ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO PARA 2005

D.A.G.F/Doc.2

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Rocha, Elsa Correia, Maria de Fátima Antunes e José Francisco Rolo, e as abstenções dos Srs. Vereadores Maria José Freixinho e Albano Almeida, aprovar a 6ª Modificação ao Orçamento para 2005, conforme documento que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, na importância de € 162.500,00 (Cento e sessenta e dois mil e quinhentos euros).

2.1.2 – 6ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO -PPI E AMR PARA 2005

D.A.G.F/Doc.3

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Rocha, Elsa Correia, Maria de Fátima Antunes e José Francisco Rolo, e as abstenções dos Srs. Vereadores Maria José Freixinho e Albano Almeida, aprovar a 6ª Modificação às Grandes Opções do Plano-PPI e AMR para 2005, na importância de €145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil euros).

Relativamente a este assunto os Srs. Vereadores Maria José Freixinho e Albano Almeida referiram que se abstinham na votação das propostas apresentadas, pelas razões já mencionadas na reunião de 28 de Outubro do

ano em curso, aquando da aprovação da 5ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2005.

2.2 – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DE I.M.T. - CLÁUDIO DANIEL NUNES CORREIA

D.S.T./Proc. 22/1

De acordo com o estipulado no nº 1 da alínea b) do artigo 11º da Lei nº 171/99 de 18 de Setembro, requer o reconhecimento de isenção de Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), relativo à aquisição pela sociedade Correiaconta – Serviços de Contabilidade, Gestão e Consultadoria, Lda, das Fracções “I” e “O” do Prédio Urbano, sitas na Avenida Calouste Gulbenkian, lote 6, inscrito na Repartição de Finanças de Oliveira do Hospital sob o artigo nº 2074.

Sobre o assunto, foi presente pelo Sr. Presidente informação elaborada pelo Sr. Director do Departamento de Administração Geral e Finanças e que a seguir se transcreve na íntegra:

“1 – A legislação invocada (artº 11º, nº 1, alínea b) da Lei nº 171/99, de 18 de Setembro) permite que seja concedida a isenção de IMT na aquisição das fracções em causa, cabendo à Câmara reconhecê-la. No entanto e sendo este um imposto cujas receitas revertem para o município, a concessão de isenção traduzir-se-á necessariamente numa quebra de receitas, não prevendo a referida Lei qualquer mecanismo de compensação financeira aos municípios que a autorizem, tendo inclusivamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses aconselhado os seus associados a não o fazerem;

2 – Em reunião realizada em 03/10/28 a Câmara Municipal, ao analisar idêntico pedido e com fundamento na redução verificada naquelas receitas, deliberou não isentar a firma então requerente e bem assim tornar tal posição extensível a todos os pedidos da mesma natureza relativos a empresas e empresários em nome individual que a partir daquela data dessem entrada nos respectivos serviços. Uma última nota para informar que o requerente já beneficiou, a título individual, do reconhecimento da isenção do então Imposto Municipal de Sisa para aquisição de uma fracção autónoma destinada a habitação própria, conforme deliberação camarária de 02/09/13.”

Relativamente ao exposto, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho perguntou ao Sr. Presidente se, na sequência do parecer apresentado pela ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses em que desaconselha o reconhecimento deste tipo de isenções, foi feita alguma exposição sobre o assunto ao Ministério das Finanças ou à Direcção-Geral do Tesouro.

O Sr. Presidente esclareceu que a ANMP só depois de esgotadas as possibilidades de entendimento com o Governo relativamente às matérias é que propõe aos associados determinado tipo de posições.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Rocha, Elsa Correia, Maria de Fátima Antunes, Albano Almeida e José Francisco Rolo,

e o voto contra da Sra. Vereadora Maria José Freixinho, não reconhecer a isenção solicitada.

- Declaração de voto da Sra. Vereadora Maria José Freixinho:

A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu que votava contra por entender que o reconhecimento das isenções é uma medida que pode estimular a fixação de empresas e a consequente criação de postos de trabalhos.

- Declaração de voto do Sr. Vereador José Francisco Rolo:

O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que votava a favor, partilhando das preocupações manifestadas pela Sra. Vereadora Maria José Freixinho relativas ao estímulo ao investimento, designadamente ao investimento privado e aquisição de habitação própria, porque estimula o mercado imobiliário. Disse ainda, que está consciente de que é autarca e que estará atento ao desempenho da Autarquia, para o qual são necessárias receitas. Cá estaremos para ir avaliando esse desempenho da Câmara em função das receitas geradas.

2.3 – Atribuição de Subsídios

2.3.1 - ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

D.A.G/Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua às Associações do Concelho constantes no quadro seguinte, os subsídios nele designados, para despesas de funcionamento:

ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO	SUBSÍDIO A ATRIBUIR PARA DESPESAS DE FUNCIONAMENTO
- Associação dos Amigos da Lajeosa	€70,00
- Associação dos Amigos de Meruge	€335,00
- Associação de Melhoramentos de Vila Pouca da Beira	€101,00
- Associação de Melhoramentos da Póvoa das Quartas	€665,00
- Associação de cultura e recreio dos Merujais	€56,00
- Associação de Cultura e Recreio da Sobreda	€70,00

- Associação do Centro de Recreio e Cultura de Nossa senhora do Rosário – Nogueirinha	€175,00
- Associação Filarmónica Fidelidade de Aldeia das Dez	€115,00
- Associação Recreativa Cultural e Social de Cabeçadas	€155,00
- Clube Recreativo Feirense	€115,00
- Comissão de Melhoramentos de Negrelos	€80,00
- Comissão de Melhoramentos de Pinheirinho	€60,00
- Comissão de Melhoramentos de Gramaça	€100,00
- Liga dos Melhoramentos de Andorinha	€55,00
- Liga de Melhoramentos de Nogueira do Cravo	€90,00
- Liga Recreativa dos Amigos das Caldas de São Paulo	€960,00
- Sociedade Recreativa de Santa Ovaia	€565,00
- Sociedade Recreativa e Progresso Seixense	€55,00
- Sociedade Recreativa Penalvensense	€145,00
- União Desportiva e Tuna Vilafranquense	€95,00
- União Fialense – Sociedade de Instrução e Recreio	€475,00
Total	€4.537,00

A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

2.3.2 – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE PENALVA DE ALVA

D.A.G.F/Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante atribua à Fábrica da Igreja Paroquial de Penalva de Alva, um subsídio no montante de **€ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos euros)** como apoio às obras de restauro da Capela dos Merujais.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

2.3.3 – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO GIÃO

D.A.G.F/Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante atribua à Fábrica da Igreja Paroquial de São Gião, um subsídio no montante de **€ 2.000,00 (Dois mil euros)** como apoio às obras de restauro da Capela do Senhor dos Aflitos.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

2.3.4 – FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ

D.A.G.F/Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante atribua à Fundação Aurélio Amaro Diniz, um subsídio no montante de **€ 50.000,00 (Cinquenta mil euros)** como apoio às obras de conservação e reabilitação no edifício do hospital.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

2.3.5 - ISILDA MARIA MENDES SANTOS PAULINO

D.A.G.F/Proc. 53/4/DOC.4 e 5

Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta datada de 25 de Maio de 2005, remetida pela Sra. D. Isilda Maria Mendes Santos Paulino, residente na freguesia de Lagares da Beira, deste concelho, a solicitar apoio habitacional atendendo à sua situação de precariedade económica, bem como às dificuldades que tem para poder face ao acabamento da sua casa que iniciou antes da morte de seu marido.

Sobre o assunto foram presentes pelo Sr. Presidente as informações Social datada de 7 de Julho de 2005, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta (**DOC.4**) e Técnica datada de 15 de Novembro do mesmo ano, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta (**DOC.5**).

Neste sentido o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Sra. D. Isilda Maria Mendes Santos Paulino, um subsídio no montante de **€ 7.260,00 (Sete mil duzentos e sessenta euros)** como apoio à reconstrução da sua habitação.

Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto nos nºs 1 e 3 do Regulamento para Atribuição de Subsídios e Isenção de Taxas a Famílias Carenciadas do Concelho de Oliveira do Hospital, aprovar a presente proposta.

Foi igualmente deliberado isentar a Sra. D. Isilda Paulino do pagamento das taxas inerentes às obras de reconstrução da sua habitação.

Mais deliberou informar a requerente de que deverá dirigir-se à Câmara Municipal, nomeadamente ao Departamento de Serviços Técnicos, a fim de reactivar o processo de obras de reconstrução identificado com o nº R-346-06/88 e alvará de licença de construção nº 331/99, cuja validade já expirou, de forma a permitir que o empreiteiro possa levantar a licença para reiniciar as referidas obras.

2.4 – CCDRC – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ACÇÃO DE CONTROLO DE 1º NÍVEL – DECISÃO FINAL DO PROJECTO “BENEFICIAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DE AVÔ”

D.S.T./Proc.10/283/DOC.6

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 102726, datado de 9 de Novembro do ano em curso, remetido pela CCRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a dar conhecimento da decisão final que incidiu sobre a apreciação do projecto em epígrafe, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.5 - MAPA DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES - CONHECIMENTO

D.A.G.F/DOC.7

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 10 e 21 de Novembro de 2005, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.

2.6 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES

2.6.1 – LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS/ INDEFERIDOS

D.S.T./DOC.8

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares e que constam da listagem que se anexa.

2.7 – REGIÃO DE TURISMO DA SERRA DA ESTRELA – CANDIDATURA PITER

D.A.G.F

Relativamente ao assunto em epígrafe e na sequência do pedido de esclarecimentos apresentado pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo na anterior reunião, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal que a

candidatura apresentada pelo Município ao Programa PITER foi referente ao projecto de “Valorização Turística do Parque dos Marmelos e da Ribeira de Cavalos, em Oliveira do Hospital” e que o valor da mesma será de 1 milhão de euros.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**2.8 – REUNIÃO DA COMISSÃO DISTRITAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA –
INFORMAÇÃO PARA CONHECIMENTO**

D.A.G.F/Doc.9

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal que no passado dia 10 de Novembro do ano em curso, teve lugar a reunião da Comissão Distrital de Segurança Rodoviária, na qual esteve presente o Chefe de Gabinete, na qualidade de representante desta autarquia, referindo que nesta reunião, entre outros assuntos, foi apresentado um documento, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, sobre os dados da sinistralidade rodoviária no Distrito de Coimbra durante o 3º trimestre de 2005.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**2.9 – ASSEMBLEIA-GERAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PLANALTO
BEIRÃO - CONHECIMENTO**

D.A.G.F/Proc. 28/7-A

O Sr. Presidente informou a Câmara Municipal que esteve presente na Reunião Assembleia Intermunicipal, que teve lugar no passado dia 17 de Novembro de 2005, no Auditório do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Eleição de Mesa de Assembleia Intermunicipal, nos termos do nº 1 do artigo 18 dos Estatutos;
- Eleição do Conselho de Administração, nos termos do nº 1 do artigo 29 dos Estatutos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.10 - OUTROS ASSUNTOS

Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:

**2.10.1 – EXPANSOL – SOCIEDADE LUSITANENSE, INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO,
S.A.**

D.S.T.

Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 301940/SCS/2005 de 8 de Novembro do ano em curso, remetido pela DREC – Direcção Regional da Economia do Centro, a solicitar a emissão de parecer acerca da aprovação de localização relativo ao processo de instalação de um estabelecimento de

comércio a retalho, na Quinta do Tapado, em Oliveira do Hospital, de acordo com o estipulado na Lei nº 12/2004, de 30 de Março.

Sobre o assunto foi presente pelo Sr. Presidente a informação elaborada pelo Sr. Arquitecto Carlos Manuel Brandão Simões Leitão, datada de 11 de Novembro de 2005, e que a seguir se transcreve na íntegra:

“De acordo com a Lei nº 12/2004, de 30 de Março a Direcção Regional de Economia do Centro solicita a emissão de parecer acerca da aprovação de localização relativo ao processo de instalação de um estabelecimento de comércio a retalho.

A implantação deste edifício, com 928 m2, situa-se em Espaço Urbanizável, conforme definido em P.D.M..

Apenas a zona de lavagens/ automóvel e alguns estacionamento se situam em Espaço Florestal.

O acesso não se faz directamente pela estrada O.H. – Bobadela, mas sim por outro acesso existente que a requerente se propõe alargar e beneficiar.

Este tipo de uso não é incompatível com aquela classe de espaço e os estacionamento estão dentro do número previsto em Regulamento do P.D.M..”

O Sr. Presidente manifestou a sua discordância relativamente à inclusão no referido estabelecimento da estação de lavagem de automóveis por entender que se trata de um factor de poluição que poderá futuramente trazer graves problemas para aquela zona, atendendo a que no local em causa não existe colector de águas pluviais. Quanto à instalação das restantes valências do estabelecimento referiu que não via qualquer inconveniente.

Em face do exposto o Sr. Vereador Albano Almeida alertou para o facto de nestas situações ser obrigatória a construção de um sistema de tratamento de efluentes, para que futuramente não haja contaminação de águas.

A Sra. Vereadora Maria José Freixinho manifestou a sua preocupação quanto ao impacto da construção de uma nova superfície comercial, considerando já as médias superfícies que existem da mesma natureza e bem assim o restante comércio, tendo questionado o Sr. Presidente se existe algum estudo de mercado elaborado no sentido de averiguar se o concelho tem ou não sustentabilidade para absorver mais uma unidade comercial desta envergadura.

O Sr. Presidente esclareceu que esse estudo foi efectuado previamente pela Expansol sem prejuízo das dúvidas que já teve oportunidade de explanar.

A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu que se o objecto da deliberação é apenas a aprovação da localização face ao estabelecido no Plano Director Municipal e sendo o uso pretendido permitido pelo mesmo vota favoravelmente.

Relativamente a este assunto o Sr. Vereador José Francisco Rolo manifestou a sua preocupação, a prazo, da sustentabilidade do comércio local, lembrando que a Câmara Municipal em situações idênticas decidiu favoravelmente mesmo sabendo que, para além da concorrência imediata,

poderá estar a contribuir para a extinção do comércio tradicional. Contudo, considerando que o comércio tradicional tem que se vocacionar para certos nichos de mercado, que vivemos numa economia de livre iniciativa e concorrência, que é um investimento privado que cria 7 postos de trabalho, voto favoravelmente. Devemos agora reflectir, já foi aprovada a instalação do MINIPREÇO, do PLUS a agora do NETTO, temos de analisar os seus impactos.

Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a localização do referido estabelecimento.

2.10.2 – ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – ENCONTRO NACIONAL DE ELEITOS LOCAIS

D.A.G.F.

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente a circular nº 142/2005 – AG, datada de 17 de Novembro do ano em curso, remetida pela entidade acima identificada, a enviar a “Declaração Final” que resultou do Encontro Nacional de Eleitos Locais, que teve lugar no passado dia 16 de Novembro, em Santarém, sugerindo que a mesma seja devidamente divulgada junto das populações, colectividades de cultura, recreio e desporto, associações e bombeiros.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.10.3 – ANTÓNIO FIGUEIREDO RODRIGUES – PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 26 DE MARÇO DE 2002

D.A.G.F.

Relativamente ao assunto em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, revogar a sua deliberação tomada em reunião ordinária de 26 de Março do ano de 2002.

Foi igualmente deliberado proceder ao pagamento a António Figueiredo Rodrigues, da importância de € 625,00 (Seiscentos e vinte e cinco euros), que resultou de contraproposta entretanto formalizada, como indemnização pelo derrube de um muro de vedação da sua propriedade e pelo poço soterrado, sito ao Vale de Asno, Freguesia de Ervedal da Beira, prejuízos estes causados aquando de um fogo florestal naquela zona que obrigou ao alargamento do caminho para a passagem das viaturas dos Bombeiros.

2.10.4 – CABOVISÃO – TELEVISÃO POR CABO, S.A. - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) – LAPSO RELACIONADO COM A INTRODUÇÃO DO PERCENTUAL DA TMDP REFERENTE AO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, NO SISTEMA DE FACTURAÇÃO DA CABOVISÃO

D.A.G.F.

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente a carta, datada de 18 de Novembro de 2005, remetida pela CABOVISÃO, a informar que por lapso procedeu indevidamente à inclusão da TMDP, na facturação referente ao mês de Novembro do ano em curso, relativa ao

município de Oliveira do Hospital, que como é do conhecimento público não é cobrada por esta Autarquia.

Neste sentido apresenta sinceras desculpas pelo sucedido, assim como pelos eventuais inconvenientes que a CABOVISÃO possa ter causado.

Informa igualmente que logo que detectou o lapso, actuou de imediato de forma a proceder à sua correcção, tendo expedido uma comunicação aos seus clientes e munícipes deste concelho, a esclarecer que a TMDP não é cobrada neste município e que a facturação desta taxa no mês de Novembro se deveu a um mero lapso da CABOVISÃO.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.10.5 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GALIZES – RECUPERAÇÃO E RESTAURO DA IGREJA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS INERENTES À OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA

D.S.T./Proc.22/1

Em virtude da realização de obras de recuperação e restauro a levar a efeito na Igreja de Galizes, solicita a isenção do pagamento de todas as taxas inerentes à ocupação da via pública através da colocação de andaimes para pintura e rejuntamento.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Tarifas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços, deferir o pedido.

2.10.6 – REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL – ALTERAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que a reunião ordinária da Câmara Municipal inicialmente agendada para o dia 20 de Dezembro do ano em curso, fosse alterada para o dia 22 do mesmo mês.

2.10.7 - BOLSAS DE ESTUDO PARA FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR – NOMEAÇÃO DE JÚRI DO CONCURSO

D.A.G.F/Proc. 29/10

Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nomear para Júri do Concurso para Atribuição de Bolsas de Estudo, as Sras. Vereadoras Maria de Fátima Antunes e Maria José Freixinho e o Sr. Dr. João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças.

2.10.6 - RECLAMAÇÕES DE ÁGUA

2.10.6.1 - ANA MARIA GOMES BRITO MATOS

D.A.G.F/Proc. 30/2

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de uma reclamação de água apresentada pela Sra. D. Ana Maria Gomes Brito Matos, consumidor nº 106/67900.

Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação da Secção de Águas e Saneamento, anular o conhecimento nº 7700, no valor de € 88,57 (Oitenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos) referente ao mês de Agosto de 2005, relativo ao consumo de água, e proceder à cobrança pela média de consumo verificada nos últimos doze meses bem como as Taxas e Aluguer de Contador devidas.

2.10.6.2 - FRANCISCO JOSÉ LOBO PERES

D.A.G.F/Proc. 30/2

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de uma reclamação de água apresentada pelo Sr. Francisco José Lobo Peres, consumidor nº 904/ 5200.

Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação da Secção de Águas e Saneamento, anular o conhecimento nº 7603, no valor de € 80,78 (Oitenta euros e setenta e oito cêntimos) referente ao mês de Agosto de 2005, relativo ao consumo de água e proceder à cobrança pela média de consumo verificada nos últimos doze meses bem como as Taxas e Aluguer de Contador devidas.

2.10.6.3 - MARIA PERES MOURA COSTA

D.A.G.F/Proc. 30/2

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de uma reclamação de água apresentada pela Sra. D. Maria Peres Moura Costa, referente ao consumidor nº 105/ 24600.

Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação da Secção de Águas e Saneamento, anular os conhecimentos nºs 7763 e 8454, no valor de € 168,07 (Cento e sessenta e oito euros e sete cêntimos) e € 579,08 (Quinhentos e setenta e nove euros e oito cêntimos), referentes aos meses de Agosto e Setembro de 2005, relativos ao consumo de água e proceder à cobrança do valor correspondente a 20m³ (média de consumo verificada nos últimos doze meses) bem como das Taxas e Aluguer de Contador devidas.

Foi igualmente deliberado informar a requerente de que deverá mandar verificar a canalização da sua habitação afim de averiguar se existe ou não alguma rotura interna.

2.10.6.4 - MADALENA CONCEIÇÃO NUNES PEREIRA

D.A.G.F/Proc. 30/2

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de uma reclamação de água apresentada pela Sra. D. Madalena Conceição Nunes Pereira, consumidor nº 106/ 12400.

Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação da Secção de Águas e Saneamento, anular o conhecimento nº 8281, no valor de €169,66 (Cento e sessenta e nove euros e sessenta e seis cêntimos), referente ao mês de Setembro de 2005, relativos ao consumo de água e proceder à cobrança do valor correspondente a 15m³ (média de consumo verificada nos últimos doze meses) bem como das Taxas e Aluguer de Contador devidas.

3 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES

3.1 - INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR PAULO ROCHA

3.1.1 - REUNIÃO DE DIRECÇÃO DA ADEPTOLIVA – 14 DE NOVEMBRO DE 2005 – INFORMAÇÃO PARA CONHECIMENTO

DOC.10

O Sr. Vereador Paulo Rocha iniciou a sua intervenção informando a Câmara Municipal que esteve presente na primeira reunião de Direcção da ADEPTOLIVA, que teve lugar no passado dia 14 de Novembro do ano em curso no edifício da Câmara Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Ano lectivo 2005/2006 – Ponto de Situação;
- 3 – Desenvolvimento Económico/ Financeiro da EPTOLIVA;
- 4 – Outros Assuntos.

Segundo a ordem de trabalhos acima indicada, foi presente pelo Sr. Vereador o relatório da referida reunião, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, dando conhecimento à Câmara Municipal dos assuntos tratados e abordados na mesma.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.1.2 – LEI DE BASES DA PROTECÇÃO CIVIL – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI Nº 156/04 - REUNIÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2005 NO GOVERNO CIVIL DE COIMBRA

O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal que esteve presente numa reunião no Governo Civil de Coimbra, no passado dia 11 de Novembro do ano em curso, para apresentação da Proposta da nova Lei de Bases da Protecção Civil e bem assim de toda a documentação que está conexas à referida lei, estando previstas algumas alterações, nomeadamente no que diz respeito ao que são considerados estados para a activação da Protecção Civil, na graduação das medidas/ níveis, na definição das competências de cada entidade, na necessidade de execução dos Planos de

Emergência gerais ou mais específicos e também de outros assuntos relacionados com esta matéria.

Quanto à proposta de alteração ao Decreto-Lei nº 156/2004 salientou que a mesma se baseia especificamente em propor que os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios sejam aprovados pela DGRF – Direcção Geral de Recursos Florestais, que o período considerado crítico seja definido de acordo com as circunstâncias meteorológicas e não em função do calendário e que durante esse período, nos espaços rurais, seja proibido o lançamento de fogo de artifício.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.2 - INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES

3.2.1 - ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - MAPA MENSAL DE PAGAMENTOS DE REFEIÇÕES – MÊS DE OUTUBRO/2005

D.A.G.F/Proc.29/7/Doc.11

A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios descritos no mapa que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, às instituições do concelho, para efeitos de pagamento de refeições referentes ao mês de Outubro de 2005, no total de € **15.699,10 (Quinze mil seiscientos e noventa e nove euros e dez cêntimos).**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou aprovar a acta em minuta.

CONCLUSÃO DA ACTA

E NÃO HAVENDO MAIS ASSUNTOS A TRATAR, FOI PELO SENHOR PRESIDENTE ENCERRADA A REUNIÃO, PELAS CATORZE HORAS, MANDANDO QUE, POR MIM, _____, FOSSE MINUTADA E LAVRADA A PRESENTE ACTA, QUE VAI SER DEVIDAMENTE ASSINADA PELOS SENHORES VEREADORES QUE O DESEJAREM.

Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 22 de Novembro de 2005.

Presidente _____

Vereadores _____

Director do D.A.G.F. _____

Oliveira do Hospital, 22 de Novembro de 2005

Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.